

PROMOVENDO A DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

PROMOTING THE DECONSTRUCTION OF GENDER STEREOTYPES IN SCHOOL INSTITUTIONS

Isabele Fornazari Marciano¹ , Terezinha Richartz^{2*} 

¹ Pedagoga, Centro Universitário do Sul de Minas – UNISMG, Varginha, MG, Brasil.

isabele.marciano@alunos.unis.edu.br

² Doutora, Centro Universitário do Sul de Minas - UNISMG, Varginha, MG, Brasil | Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, MG, Brasil.

terezinha.richartz@professor.unis.edu.br

Detalhes editoriais:

Double-blind review system

Memória de Evento científico.

Histórico do artigo:

Recebido: 17 de maio de 2024.

Revisado: 25 de julho de 2024.

Aceito: 28 de julho de 2024.

Disponível online: 29 de julho de 2024.

Editor-chefe

Rodrigo Frankin Frogeri 

Agência de fomento:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Chamada 008/2022. Convênio 6.04/2022.

Cite como:

Marciano, I. F. Richartz, T. (2024). Promovendo a Desconstrução de Estereótipos de Gênero nas Instituições Escolares. *Mythos*, 21(1), 90-103.

<https://doi.org/10.36674/mythos.v21i1.846>

*Autor correspondente:

Terezinha Richartz

terezinha.richartz@professor.unis.edu.br

Resumo

A “Agenda 2030” – um pacto global assinado durante a Cúpula da Organização das Nações Unidas no ano de 2015, pelos 193 países membros –, em seu 5º objetivo, pretende alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as meninas e mulheres. Nesse sentido, o ambiente escolar, por ser basilar, pode impulsionar a conquista desses ideais, de modo que desenvolva ações conscientizadoras no combate ao patriarcado e à desigualdade de gênero. Objetiva-se, portanto, no presente estudo, fomentar estratégias que promovam a igualdade de gênero na educação, e que assim, sejam implementadas na escola. Para tanto, esse estudo fora desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, com obras, documentos e legislação, de maneira a trazer um embasamento teórico e legal sobre o assunto. A partir desse embasamento teórico, as estratégias foram apresentadas. Nesse cenário, dados apontam que, através de ações cotidianas realizadas no ambiente escolar, oriundas de planejamento pertencente ao Projeto Político Pedagógico, é possível se criar alternativas que perpassem desde o material didático, até o dia a dia da sala de aula, a fim de esclarecer a temática em questão. Logo, os estereótipos e a violência de gênero devem ser trabalhados desde o início da vida escolar com a participação ativa dos professores para se evitar que a sala de aula se torne um espaço de reprodução de preconceitos e discriminação.

Palavras-chave: Relações de gênero. Patriarcado. Prática pedagógica. Cultura.

Abstract

The “2030 Agenda” – a global pact signed during the United Nations Summit in 2015, by the 193 member countries –, in its 5th objective, aims to achieve gender equality and empower all girls and women. In this sense, the school environment, as it is fundamental, can promote the achievement of these ideals, so that it develops awareness-raising actions in the fight against patriarchy and gender inequality. The objective, therefore, in the present study, is to promote strategies that promote gender equality in education, and that are therefore implemented at school. To this end, this study was developed through bibliographical research, with works, documents and legislation, in order to provide a theoretical and legal basis on the subject. Based on this theoretical basis, the strategies were presented. In this scenario, data indicate that, through daily actions carried out in the school environment, arising from planning belonging to the Pedagogical Political Project, it is possible to create alternatives that range from teaching material to day-to-day activities in the classroom, in order to clarify the topic in question. Therefore, gender stereotypes and violence must be addressed from the beginning of school life with the active participation of teachers to prevent the classroom from becoming a space for the reproduction of prejudice and discrimination.

Keywords: Gender relations. Patriarchy. Pedagogical practice. Culture.

1 INTRODUÇÃO

Discutir a questão da igualdade de gênero no ambiente escolar, torna-se cada dia mais importante em decorrência do combate às desigualdades entre homens e mulheres em diversos ambientes sociais.

Conforme dados divulgados pelas Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de violência contra a mulher (Universidade Tiradentes, 2021) –, uma questão grave e complexa que afeta milhares de mulheres pelo Brasil. Infelizmente, minimizada ou negada, o que perpetua essa problemática. Sendo de extrema importância, que se reconheça a violência contra a mulher como uma forma de discriminação, baseada no gênero e justificada pelo patriarcado.

O objetivo de número 5, de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que o Brasil é signatário, tem como meta “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” até o ano de 2030 e, com isso, “acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas em toda parte” (Nações Unidas, 2023).

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é fomentar estratégias que promovam a igualdade de gênero na educação. Por isso, pergunta-se : quais ações podem ser desenvolvidas pela escola para promover a igualdade de gênero? Para responder a esse questionamento e desenvolver o estudo, utilizou-se de metodologia qualitativa, envolvendo estudo bibliográfico, que, guiado por embasamento teórico, proporcionou a elaboração de pressupostos variantes da abordagem proposta.

A seleção das bibliografias utilizadas baseou-se em documentos oficiais que orientam a discussão da temática nas escolas, bem como em duas autoras relevantes no cenário brasileiro: Heleieth Saffioti e Guaraci Louro. Heleieth Saffioti foi uma das primeiras autoras a abordar as transformações na ordem patriarcal de gênero no Brasil, enquanto Guaraci Louro traz para a discussão questões relacionadas a gênero e sexualidade na área da educação. Além dessas autoras, foram trazidos alguns estudos que discutem a temática hoje.

2 CONCEITO DE GÊNERO E PATRIARCADO

Os conceitos de gênero e de patriarcado se interligam e precisam ser usados ao mesmo tempo para o entendimento da complexa rede na sociedade que expõe a mulher como se numa situação subalterna.

Segundo Safiotti (1987), o conceito de gênero é mais amplo do que o de patriarcado, visto que o primeiro pressupõe igualdade e desigualdade, já o segundo apresenta as relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, pois sustenta, assim, uma posição privilegiada dos homens inseridos em todas as esferas da vida social e, conseqüentemente, perpetua a desigualdade e a opressão das mulheres. Em outras palavras, o patriarcado é justamente a propagação da crença na inferioridade das mulheres devido às suas características de gênero.

O conceito de gênero abrange uma gama maior de aspectos, além de englobar tanto a igualdade quanto a desigualdade, e é neste viés que o estudo se baseará para examinar possíveis soluções. Outrossim, a concepção sobre o patriarcado trará entendimento quanto a essas mudanças dentro do conceito de gênero, o porquê de não ocorrerem tão rapidamente como se espera.

Para que a igualdade de gênero seja efetivamente alcançada é preciso desconstruir estereótipos arraigados na sociedade, a exemplo, da associação que se institui à mulher como sendo cuidadora

e ao homem como o provedor ou herói.

Seguindo esse raciocínio, é vital adotar políticas sólidas e eficazes no ambiente escolar a fim de oportunizar a igualdade de gênero, uma vez que a mudança cultural que se almeja na sociedade, começa a ser trabalhada na escola a partir dos anos iniciais. Isto, porque se trata de um espaço privilegiado da formação de novos cidadãos capazes de construir uma sociedade em que a violência e a discriminação impostas pelo patriarcado sejam enfrentadas (Richartz & Santana, 2021).

Dessa forma, pode-se definir gênero como:

[...] um dispositivo cultural, construído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder (Lins, Machado & Escoura, 2019, p. 10).

Em vista disso, a compreensão da relação entre gênero e patriarcado é fundamental para entendermos como as desigualdades são construídas e reproduzidas na sociedade. A cultura, os valores, as tradições e as expectativas sociais acabam esculpindo a forma de como os indivíduos devem se conectar e se expressar. Esses conceitos se correlacionam, porquanto o patriarcado influencia profundamente a construção social dos gêneros, e também reforça normas e funções específicas para evidenciar a desigualdade e a opressão das mulheres.

Enquanto isso, as normas de gênero sustentadas pelo patriarcado, frequentemente resultam em desigualdades e injustiças. Mulheres, muitas vezes, enfrentam discrepâncias salariais, violência de gênero, falta de representação em cargos de liderança e restrições em relação ao acesso à educação e à saúde. Além disso, expectativas rigorosas em relação aos papéis de gênero limitam tanto homens quanto mulheres, restringindo sua autenticidade e liberdade de escolha.

2.1 Preconceito e estereótipo e a influência nas desigualdades de gênero

A desigualdade de gênero, fruto do patriarcado, é um problema grave, que persiste em muitas sociedades, apesar de avanços significativos em direção à igualdade. A causa aparece de forma multifacetada e profundamente enraizada em normas culturais, estruturas sociais e históricas, sendo um dos principais fatores que afetam negativamente o desenvolvimento econômico, social e político de um país. “A sociedade é patriarcal quando é dominada pelo homem, identificada pelo homem e centrada no homem. E também envolve vários aspectos da opressão das mulheres” (Richartz, 2007, p. 35).

O documento do governo federal “Gênero e Diversidade na Escola Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais” conceitua preconceito e estereótipo, importantes para entender a nossa temática.

O significado da palavra “preconceito” diz respeito a algo que vem antes (pré) do conhecimento (conceito); por assim dizer, antes de conhecer a mulher, por exemplo, já se define “o lugar” daquele sujeito ou da categoria social.

Já o estereótipo, pode ser entendido como crenças pré-concebidas acerca de indivíduos ou grupos resultantes de hábitos de julgamento e expectativas tornados rotina; é exteriorizado para pessoas e grupos, e traz apenas um traço genérico que deve representar um grupo; é um recurso classificatório que tem como objetivo simplificar a relação imagem/conceito. Assim, os estereótipos podem ser vistos também como componentes cognitivos de uma atitude: o preconceito. Os

estereótipos formam a base do preconceito, já que ele funciona como um carimbo que promove os preconceitos ao definir, a priori, quem são e como são as pessoas (Brasil, 2009).

Os estereótipos de gênero afetam escolhas e trajetórias profissionais dos estudantes, estando arraigadas em nossa sociedade em forma de machismo. Isso, porque a estrutura familiar e as relações sociais antigas posicionavam o gênero masculino em um patamar elevado, e o feminino, em um reduzido. Para Resende e Silva (2020) algumas causas da desigualdade de gênero estão ligadas à existência de preconceitos construídos a partir dos estereótipos que posicionam a pessoa no mundo através de fatores sociais e vivências culturais.

Essas questões culturais rotulam pessoas e estabelecem a divisão entre papéis femininos e masculinos, o que gera vários fatores de desigualdade e, conseqüentemente, a violência contra a mulher, a falta de representatividade, a desigualdade no mercado de trabalho. Ressalva-se nesse patamar, que, enquanto os homens sempre tiveram suas vidas profissionais, com grandes poderes em mãos, o trabalho da casa competia às mulheres, que ficavam em casa cuidando dos filhos e do lar.

Esse cenário já se desenha de forma a evidenciar a diferença, em termos sociais, do papel do homem e da mulher. Conseqüentemente, é essencial entendermos as causas dessa desigualdade para trabalharmos em direção a sua eliminação; e para se ter esse entendimento, deve a sociedade, independentemente do sexo, engajar-se na desconstrução de estereótipos, incluindo a conscientização, educação e implementação de políticas públicas que garantam os direitos das mulheres em todas as esferas da sociedade.

Além disso, a linguagem sexista e os comentários discriminatórios podem criar um ambiente hostil para meninas e mulheres, afetando sua autoestima e engajamento acadêmico. A educação desigual em relação à saúde sexual e reprodutiva também pode reforçar estigmas e tabus especialmente em meninas.

Esses aspectos, juntamente com a falta de conhecimento sobre igualdade de gênero e diversidade, podem contribuir à desigualdade persistente no ambiente escolar; e para se combater essa desigualdade, é necessário um esforço coletivo, incluindo currículos inclusivos, formação de educadores em questões de gênero, políticas de proteção e empoderamento de todas as identidades de gênero, criando, então, um ambiente de aprendizado verdadeiramente equitativo.

Existem várias causas que contribuem para essas desigualdades, como: discriminação contra as mulheres, a limitação do acesso de mulheres e homens a posições e oportunidades diferentes; falta de representatividade; violência; diferenças em acesso à educação e à economia de cuidados.

3 PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

Para entrelaçar uma pesquisa e a busca por um resultado que contribua com alterações sociais, o projeto “ações para desconstruir estereótipos de gênero nas instituições escolares” pretende aumentar a discussão sobre as formas de violência, discriminação e reconhecer e valorizar o trabalho igualitário entre os gêneros, adotando e fortalecendo políticas sólidas, que realmente funcionem no espaço escolar.

Acredita-se que não exista outra maneira de se chegar à igualdade de gênero senão por uma mudança no pensar sobre o direito, as competências das mulheres e suas atribuições na sociedade. A maneira de ser homem e de ser mulher é orientada pela cultura de determinado meio social, visto que homens e mulheres são moldados desde crianças, de acordo com o ambiente em que estão inseridos. Portanto, a categoria gênero contribui para desnaturalizar e historizar as desigualdades

entre homens e mulheres, sendo entendida de modo histórico e relacional e não como “oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres” para que não se incorra no erro de deixar de identificar “os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres” (Saffioti, 1992, p. 193).

E dessa forma, compreende-se que a maneira de ser do indivíduo não é naturalmente biológica, e sim, construída a partir de suas relações sociais e históricas. De acordo com Louro (2009), a escola desempenha um papel significativo na construção das relações sociais de gênero. Isso ocorre por meio de sua estrutura organizacional, currículos, instalações físicas, corpo docente, regulamentos e processos de avaliação. Esses mecanismos, de forma explícita ou implícita, contribuem para a manutenção e produção das diferenças entre os sujeitos. Além disso, os gestos, movimentos e sentidos vivenciados no ambiente escolar são internalizados por meninos e meninas, tornando-se parte integrante de seus corpos.

A escola é uma instituição regulamentada pelo Estado, e possui diretrizes que orientam toda a vida escolar; é responsável por transmitir conteúdos formais e a cultura de seu grupo aos alunos. Desta forma, a transmissão de conteúdos formais é apenas uma das funções da escola; os valores culturais e até ideológicos também perpassam a sua responsabilidade. Assim, o que é trabalhado nos conteúdos escolares não é uma decisão apenas técnica, mas também histórica e depende do que é valorizado num determinado período (Richartz & Santana, 2021). Louro (2009) argumenta que gênero e sexualidade são construídos por meio de aprendizagens e práticas sociais e culturais, de forma contínua. Por isso, defende que a educação deve contemplar discussões sobre gênero para combater desigualdades e promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Por essa razão, a desigualdade de gênero deve ser estudada na escola, posto que vivemos numa sociedade que privilegia o homem em detrimento da mulher.

É através das condições sociais em que se estabelece a naturalização de construção da hierarquia de gênero, reforçando condições de desigualdade e estabelecendo uma relação de poder do masculino sobre o feminino no cotidiano (Gomes, 2022). Se as relações de gênero hierarquizadas forem construídas, elas podem ser desconstruídas e reconstruídas, usando-se como base, a igualdade entre os sexos.

Desse modo, torna-se cada vez mais importante que seja inserida essa discussão em sala de aula desde os anos iniciais para que os alunos criem essa percepção do mundo em sua volta, desenvolvendo sua própria identidade, sua empatia e seu respeito com o próximo, entendendo, então, como os estereótipos impostos pela sociedade interferem nas relações escolares.

3.1 Reflexão acerca do professor

De acordo com Silva (2015), a escola vem contribuindo para a reprodução dessa hierarquia através de práticas educacionais, utilizando-se de vários recursos, como por exemplo, o uso da linguagem de expressão de forma diversificada e no currículo instalado no interior das escolas, que inscrevem conceitos e preconceitos. E nesse cenário, a escola exerce papel fundamental na informação e na desnaturalização em relação à violência de gênero, fazendo com que os alunos se informem e haja um conhecimento ou reconhecimento de si mesmo, além de propor algumas intervenções simples com possíveis resultados positivos.

Diante disso, Silveira e Richartz (2023) defendem a importância da missão do educador nas mediações de alternativas para levarem a igualdade de gênero ao ambiente escolar, visto que os educadores desempenham um papel importante perante situações e problemas encontrados em sala de aula, de maneira a compreender que os indivíduos são diferentes e não devem ser vistos

como desiguais.

Assim sendo, o educador é primordial desde os anos iniciais da educação básica, porque ajuda os alunos a se autoconhecerem, a conhecerem ao outro e a aprenderem a se posicionar diante de certas situações cotidianas, não reproduzindo os estereótipos estruturados ao longo do tempo em relação ao gênero.

Nesse patamar, a compreensão do professor é essencial para que, sempre que possível, crie-se um espaço para reflexões, mostrando que os alunos têm voz a fim de se sentirem confortáveis para fazer perguntas e aprender, buscando sempre reproduzir o respeito e empatia com o próximo.

E dessa forma, torna-se essencial que o docente atente minuciosamente para situações do dia a dia, e ainda invista em sua formação continuada, a qual permitirá um novo olhar para saber lidar, intervir em cenários da realidade escolar.

Deve-se, portanto, desenvolver ações de promoção para se garantir que crianças e adolescentes participem, sejam parte de discussões sobre o papel das mulheres na sociedade, porque, a partir de então, possibilitará a desconstrução de estereótipos de gênero, bem como, passarão a valorizar a contribuição das mulheres em todas as áreas da vida.

Importa dizer que essa abordagem contribui para que alunas se identifiquem e possam assimilar atitudes diferentes das já vivenciadas por suas mães e avós. E como a presença dessa temática tem sido alvo de diversos ataques e tentativas de censura, cabe ao professor utilizar-se de uma postura segura, firme para criar um ambiente de respeito e igualdade em que todos os estudantes se sintam acolhidos. Ademais, o professor é visto, para muitos, como um modelo de comportamento a ser seguido, o que acaba transportando aos seus alunos, valores e sentimentos, traduzidos na maneira de se tratar o outro – fator indispensável na educação mais inclusiva.

A luta pela igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e a desconstrução de padrões e estereótipos patriarcais presentes na sociedade, busca romper com essas barreiras e alcançar a equidade de gênero, promovendo a garantia dos direitos das mulheres. Observa-se, assim, neste sentido, a luta feminina e seus avanços significativos ao longo dos anos, com ainda, a persistência de muitos desafios.

Essa luta diária é um caminho importante de transformações com o objetivo de desconstruir preconceitos, inspirando e incentivando pessoas a lutarem por uma sociedade mais igualitária, conforme afirma Malala Yousafzai, paquistanesa, vencedora do prêmio Nobel da Paz em 2014, por defender o direito à educação para todos. “Nenhuma luta pode ter sucesso sem mulheres participando lado a lado com os homens. Há dois poderes no mundo: um é a espada e o outro a caneta. Há um terceiro poder mais forte que os dois: o das mulheres.” (Palhão, 2020, s. p.).

E, assim como os homens, as mulheres são muito importantes na sociedade. Para tanto, defende-se nesta pesquisa apenas o respeito e o entendimento sobre o verdadeiro significado da mulher, não se tratando, portanto, de uma luta contra os homens, e sim, contra as estruturas que sustentam a desigualdade em meio à sociedade: o patriarcado.

3.2 Fundamentação legal: desenvolvendo a empatia e o respeito mútuo

É importante lembrar que a violência contra a mulher afeta todas as classes sociais, etnias, orientações sexuais e religiões, e diante disso, busca-se eliminar a discriminação e o tratamento desigual baseados no gênero, além de se promover a conscientização sobre a necessidade do

respeito aos direitos humanos.

Esta luta é antiga. O Brasil assinou, no ano de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) fruto da convenção das Organização das Nações Unidas (ONU), sendo implementada no Brasil, na Constituição Federal de 1988, no seu Art. 5º

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (Brasil, 1988, p. 13).

A Constituição que rege e define os direitos e deveres, garantindo a liberdade de expressão, o direito à vida, à igualdade perante a lei, à segurança pública, garante que todos são iguais; desta forma, toda essa desigualdade de gênero destaca-se como afronta à Constituição brasileira. Neste segmento, como a igualdade ainda não é garantida, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe desenvolver competências que podem contribuir para este quesito.

Estando em acordo com a legislação vigente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta que a Educação Básica brasileira deve viabilizar a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos, e em sua Competência nº 9, dispõe-se sobre toda essa fundamentação para que a escola trabalhe de forma a exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018, p. 10).

Como visto em uma das Competências Gerais da Educação Básica, a escola deve ser um espaço onde se moldam valores, comportamentos e habilidades sociais que serão levados para toda a vida. Nesse contexto, o desenvolvimento do respeito e da empatia ocupa um papel central, uma vez que essas virtudes não apenas promovem um ambiente saudável de aprendizado, mas também preparam os estudantes para o enfrentamento de desafios na sociedade de maneira mais construtiva, harmoniosa, consciente e ativa, compreendendo a sua função e para se contribuir positivamente ao bem comum.

Todavia, a desigualdade ainda persiste em nosso meio, e para que esse obstáculo seja superado e compreendido, faz-se necessário saber lidar, encarar os preconceitos de gênero e o patriarcado.

O respeito que se manifesta através da consideração pelos outros, independentemente de suas diferenças, é um alicerce crucial para o convívio pacífico e colaborativo; nas salas de aula. Ele se traduz na valorização das opiniões dos colegas, na escuta atenta dos professores e na aceitação de ideias diversas.

Quando os estudantes aprendem a respeitar uns aos outros, criam uma atmosfera propícia para o diálogo aberto, fomentando um ambiente inclusivo, onde todos se sentem valorizados e encorajados à participação/interação.

Seguindo essa linha, a empatia se apresenta como a capacidade de se colocar no lugar do outro, compreendendo seus sentimentos e perspectivas. Nas salas de aula, ela se faz como ferramenta poderosa para a resolução de conflitos e promoção do entendimento mútuo. Quando os estudantes são ensinados a enxergar os fatos a partir da perspectiva dos colegas, eles desenvolvem uma maior sensibilidade para as emoções alheias e aprendem a lidar com as divergências de maneira mais construtiva. De mais a mais, a empatia também fomenta a solidariedade e a cooperação –

habilidades essenciais ao ambiente escolar e à vida em sociedade.

À vista disso, em ambientes de aprendizagem onde esses valores são cultivados, as escolas investem no futuro de uma sociedade mais equilibrada e harmoniosa, pois que, o desenvolvimento do respeito e da empatia nas salas de aula vai muito além das notas e do currículo acadêmico; são ferramentas que capacitam os estudantes a se tornarem cidadãos conscientes, colaborativos e compassivos.

4 AÇÕES QUE PROMOVEM A IGUALDADE NAS SALAS DE AULA

Como agentes da educação, os professores têm a capacidade de estimular um ambiente inclusivo, quando gênero, origens e habilidades são valorizados, esses educadores têm a capacidade de desconstruir estereótipos que levam à continuação da desigualdade na nossa sociedade, devido, também, à influência que exercem sobre seus alunos.

Esses profissionais têm a chance de desafiar os preconceitos de gênero, possibilitando modelos bem-sucedidos e encorajando alunos a explorarem uma série de profissões que até a atualidade são interpretadas como muito genderizadas, a exemplo, a graduação em diversas áreas da Engenharia, majoritariamente concluída por homens e a Pedagogia, por mulheres.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU discorre sobre eliminar as discrepâncias e ainda, capacitar o feminino para alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, sendo a escola um espaço privilegiado para a implantação de medidas educativas. E para que isto aconteça, algumas decisões mais amplas são fundamentais, como: o Plano Nacional da Educação (PNE), o Plano Estadual de Educação (PEE) e o Plano Municipal da Educação (PME), revistos a cada dez anos, devem propor política pública educacional de forma mais ampla, com ações específicas para serem implantadas nas escolas federais, estaduais e municipais, com a chancela dos poderes constituídos para o enfrentamento da desigualdade de gênero.

Nas escolas, a criação de um projeto político pedagógico (PPP) sólido, com a participação de todos os seus segmentos, e que realmente faça a diferença na vida dos alunos, pode ser entendido como o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que não se aperfeiçoa esse concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico pedagógico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração de atividade prática de instituição neste processo de transformação (Vasconcelos, 2004, p.16).

Desta forma, para que as ações possam ser desenvolvidas, elas precisam do respaldo do projeto político pedagógico (PPP), quando toda a comunidade escolar, inclusive os pais, participam da elaboração, com o intuito de que ruídos desnecessários não atrapalhem o que os professores pretendem. É através do PTT que a escola planeja como enfrentar o patriarcado a partir das demandas da comunidade, além de viabilizar a participação equitativa de todos os alunos.

Nessa concepção de uma educação que desnaturalize as hierarquias de gênero e forme sujeitos, é vital procurar maneiras de se trabalhar para que crianças, adolescentes e pais não se sintam incomodados. Devendo a escola, portanto, pensar em estratégias para inserir a temática de forma natural, sem se cometer exclusões; visto que, o auxílio da família se torna muito importante, a fim de se construir uma parceria.

A escola, então, deve promover ações que realmente façam diferença na vida dos alunos; elaborando-se o PPP, para que ocorra uma melhoria significativa na realidade social, fator que exige um engajamento em transformar a própria prática, juntamente com a ajuda da equipe. O projeto

resulta de práticas participativas. Trabalho coletivo, a gestão participativa, é exigência ligada à própria natureza da ação pedagógica, propicia a realização dos objetivos e o bom funcionamento da escola para que se requer unidade de ação e processos e procedimentos de tomada de decisões (Libâneo, Oliveira & Toschi, 2012, p. 484).

Assim, a parceria dos gestores, funcionários, pais, comunidade e principalmente dos professores que dão vida às ações na sala de aula, pode ser efetivada.

Em relação ao conteúdo curricular, pode-se, sempre que possível, trabalhar as relações de gênero como tema transversal, conforme prevê os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) da BNCC. A transversalidade é compreendida como a forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, para que estejam presentes em todas elas. “A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade)” (Brasil, 2019, p. 14).

O gênero não se encontra explicitamente exposto em temas contemporâneos, mas pode ser trabalhado em outros mais gerais, como: diversidade cultural, vida familiar e social, e educação em direitos humanos (Brasil, 2019).

E para o enfrentamento de desigualdades de gênero no ambiente escolar, algumas ideias podem contribuir, como:

- a) colocar meninos e meninas misturados em todas as atividades, não os separando na hora de compor filas;
- b) misturá-los na hora da distribuição de mapas em sala;
- c) formar duplas, trios e demais equipes de trabalho em sala de aula;
- d) não recriminar se um aluno brincar com as meninas e vice-versa;
- e) incentivar os alunos a lutarem por seus objetivos (Valle, 2023);
- f) compor times mistos e estimular para que as meninas ocupem espaços nas aulas de Educação Física; g) provocar discussões abertas e respeitadas sobre a questão de gênero, incentivando os alunos quanto ao compartilhamento de opiniões;
- h) em relação ao material didático, verificar com cuidado para excluir conteúdos sexistas e aproveitar esse material, especialmente se apresentar preconceito de gênero presente de forma explícita ou implícita para reforçar a necessidade da igualdade;
- i) procurar material diversificado em que a igualdade de gênero fique evidente;
- j) avaliar se as músicas tocadas na escola apresentam letras com discriminação de gênero;
- k) não reforçar estereótipos de gênero nos brinquedos e brincadeiras (os brinquedos utilizados na escola também reforçam a desigualdades de gênero);
- l) menina brincar com boneca e menino com carrinho não deve ser estimulado;
- m) deve-se deixar os alunos brincarem com todos os brinquedos, afinal, muitos meninos serão pais e muitas meninas vão dirigir um carro, por exemplo;
- n) priorizar brincadeiras que podem ser realizadas por todos os discentes, pois a brincadeira permite a socialização da criança, estimula a troca de conhecimentos e experiências, ajuda na construção de laços de amizade e afeto, além de apresentar novas formas de perceber o

mundo, diferente da experiência de sua localidade.

Neste momento é que se ensina sobre valores de respeito, igualdade, justiça e dignidade humana que devem estar presentes na escola (Farias, 2022); o) no que tange à formação para toda a comunidade escolar, deve-se propor cursos para todos os funcionários da escola, aos pais – para que entendam sobre o tema e estejam atentos a qualquer atitude discriminatória fora da sala de aula e em casa; p) criar debates com toda a escola referente a esse assunto; q) promover a oportunidade de conhecer diferentes grupos e se informar sobre o assunto.

Deve ser permanente o investimento na formação continuada de professores para a equidade de gênero. Ao incluir a desigualdade de gênero e a necessidade de intervenções imediatas para enfrentar o sexismo, nos temas que serão abordados na formação continuada dos educadores, permite-se que o repensar da prática seja constantemente estimulado em cima das demandas que vão aparecendo na escola. Essa formação, além do entendimento do conteúdo pode ajudar na criação de projetos mais amplos na escola com a participação de todos os docentes em torno dessa pauta.

Os professores servem de modelo aos alunos. O respeito entre os docentes independente de gênero e sexo é fundamental. Afinal, os professores também fazem parte dessa sociedade machista e precisam ser estimulados a mudar condutas sexistas.

Ressalva-se que afetos, emoções e sentimentos são normais. Deve-se mostrar às crianças, que elas podem se expressar e que não existe sentimento de menina ou de menino, e que não há problema algum em meninos chorarem; isso não os faz menos homens.

As competências socioemocionais estão presentes na BNCC (Brasil, 2018) e determinam que as emoções devem ser trabalhadas na escola para que a pessoa saiba lidar com os sentimentos que aparecem na convivência diária.

Em relação às questões de gênero, os meninos são cerceados e não podem expressar o que sentem, enquanto que as meninas são muito mais livres para se expressar. Diante do exposto, faz-se necessário estar atento a todo comportamento que demonstre preconceito e estereótipo de gênero, para se poder intervir, criando ações específicas para cada ocasião.

5 CONCLUSÃO

A temática da igualdade de gênero no ambiente escolar, ao longo do tempo, evidencia a importância de se reconhecer, compreender e abordar as disparidades que persistem entre os gêneros. E assim, o presente estudo teve como objetivo elaborar propostas simples que pudessem trazer resultados positivos, se bem empregadas.

Nesse sentido, o levantamento bibliográfico realizado revelou que os professores desempenham uma responsabilidade crucial na promoção de valores de igualdade, diversidade e respeito mútuo desde os primeiros anos de vida escolar dos alunos, e em razão disso, as instituições de ensino precisam investir ininterruptamente na formação continuada de seus docentes para que estejam preparados no enfrentamento dos desafios do sexismo que se fazem, ainda, presentes em sala de aula.

Ao reconhecer as raízes históricas e sociais da desigualdade de gênero, torna-se evidente que a luta por uma educação verdadeiramente equitativa não é apenas uma aspiração, mas uma necessidade premente. Para tanto, é preciso ter cuidado com as práticas educacionais e adotar ações que versam

a partir da revisão do currículo escolar, passando pelo uso de uma linguagem não genderizada, pela escolha de livros que priorizem a igualdade, brinquedos e brincadeiras que estimulem a cooperação e o respeito, formando cidadãos com empatia.

As ações e estratégias apresentadas ao longo deste trabalho requerem um compromisso coletivo, envolvendo gestores, educadores, demais profissionais que trabalham nas dependências da escola, alunos e familiares, pois que, é necessário enfrentar resistências, desconstruir padrões arraigados e lidar com complexidades culturais, contudo, o potencial transformador da educação não deve ser subestimado.

Em síntese, as ações são uma proposta de intervenção, a qual pode contribuir no microcosmos da escola quanto ao alcance da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, com foco no objetivo 5, que propõe a igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas. E para que esse objetivo seja atingindo, deve-se combater os estereótipos e a discriminação de gênero, além de se desenvolver a empatia e o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação conforme recomenda a BNCC.

AGRADECIMENTO

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (2009). *Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações*. SPM. https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/letras_portugues_ingles/arquivo/pdf/gde.pdf.
- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. MEC. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf
- BRASIL. (2019). *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos*. Brasília: MEC. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf
- Farias, I. de J. (2022). *A igualdade de gênero e o brincar na educação infantil*. <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/704878/6/A%20IGUALDADE%20DE%20G%20E%20%20BRINCAR%20NA%20EDUCAC%20A%20%20INFANTIL%20%20%20.pdf>.
- Gomes, O. F. (2022). *A institucionalização das diferenças e desigualdades: um estudo sobre gênero e sexualidade na escola*. <http://65.108.49.104/bitstream/123456789/666/1/ficha.pdf>

- Libâneo, J. C., Oliveira, J. F. & Toschi, M S. E. (2012). *Educação escolar: políticas, estruturas e organização*. Cortez.
- Lins, B. A., Machado, B. F. & Escoura, M. (2019). *Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola*. Reviravolta.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. São Paulo: Vozes.
- Marconi, M. De A. & Lakatos, E. M. (1992). *Metodologia do trabalho científico*. (4ª ed.). Atlas.
- Nações Unidas. (2023). *Os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil*.
<https://brasil.un.org/pt-br>
- Organização das Nações Unidas. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Palhão, M. (2020, 12 de julho). Malala Yousafzai: 10 frases inspiradoras da ganhadora do Prêmio Nobel. *Uol*, <https://harpersbazaar.uol.com.br/estilo-de-vida/malala-yousafzai-10-frases-inspiradoras-da-ganhadora-do-premio-nobel>
- Resende, F. M. & Silva, E. C. da. (2020). Gênero: um começo de conversa. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da Puc Minas*, 5 (9), 17-28.
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/23171/17064>
- Richartz, T. (2007). *Paradoxos da implementação da lei de cotas para cargos no legislativo paulista nos partidos PT, PSDB e PFL*. [Dissertação de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório do Campus da UA.
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3791/1/Terezinha.pdf>
- Richartz, T. & Santana, Z. (2021). *Gênero, intersubjetividade e performatividade*. Appris.
- Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (1992). Rearticulando gênero e classe social. Em Costa, A. G. O. & Bruschini, M. C. A. (Org.). *Uma questão de gênero*. Fundação Carlos Chagas.
- Silva, R. C. da (2015). *A reprodução da hierarquia de gênero na escola*. UFMG.
<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33153/1/Monografia%20A%20reprodu%20%20da%20hierarquia%20de%20g%20%20na%20escola.pdf>
- Silveira, R. I. da & Richartz, T. (2023). O papel dos professores na construção de uma cultura escolar não gendrada. Em Mendonça, J. Eduardo M. De, Nascimento, L. M. & Mendonça, M. da C. M. de (Orgs.). *Tempo de Escrita VII: cultura, literatura e sociedade* (pp. 223-244). Ixtlan.
- Universidade Tiradentes. (2021). *Brasil ocupa o 5º lugar no ranking da violência contra a mulher*.
<https://portal.unit.br/blog/noticias/brasil-ocupa-o-5o-lugar-no-ranking-da-violencia-contra-a->

